



CNCGMPEU

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, no auditório Procurador de Justiça Simão Isaac Benjó, sala de sessões dos órgãos colegiados do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, situado na Praça Procurador-Geral de Justiça Hermano Odilon dos Anjos, s/nº, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ e por videoconferência, realizou-se a **122ª (centésima vigésima segunda) Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União**, que contou com a presença de todos os membros conselheiros, à exceção dos Corregedores-Gerais do MPMT, Dr. Hélio Fredolino Faust e do MPMA, Dra. Themis Maria Pacheco de Carvalho, que comunicaram previamente a ausência. A reunião do colegiado foi inaugurada por sessão solene de posse da nova Diretoria, prevista no art. 22 do Estatuto. A mesa diretora presencial dos trabalhos foi composta pela Dra. Luciana Sapha Silveira, Presidente do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União empossada para o mandato do ano de 2021; pelo Dr. Luciano Oliveira Mattos de Souza, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; pelo Dr. Claudio Henrique da Cruz Viana, Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; pelo Dr. Marfan Martins Vieira, Subprocurador-Geral de Justiça de Relações Institucionais e Defesa de Prerrogativas, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; pelo Dr. José Eduardo Ciotola Gussem, Procurador-Geral de Justiça no período de 2017 a janeiro de 2021; pela Dra. Maria Cristina Palhares dos Anjos Tellechea, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e Decana do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça; e pelo Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Antônio Iloízio Barros Bastos. A mesa de convidados de honra, que participaram remotamente o evento, foi composta pelo Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República e Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público; pela Dra. Tereza Cristina Maldonado Katurchi Exner, Presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União no mandato do ano de 2020; pelo Dr. Rinaldo Reis Lima, Corregedor Nacional do Ministério Público; pelo Dr. Oswaldo D'Albuquerque, Conselheiro e Ouvidor Nacional do Ministério Público; pelo Dr. Fabiano Dallazen, Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais e Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; pelo Dr. Manoel Victor Sereni Murrieta de Tavares, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; pela Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia; e pelo Dr. Aylton Flávio Vechi, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás. Após a execução do hino nacional, foi concedida a palavra à Dra. Tereza Cristina Maldonado Katurchi Exner, cujo mandato de Presidente do CNCGMPEU se encerrou em 31.12.2020, que, após saudação dos presentes, enfatizou as profundas mudanças que se efetivaram no ano de 2020 em razão da pandemia do novo coronavírus, a necessidade premente de reinvenção e adaptação, bem como a importância do apoio do colegiado na concretização dos projetos e a busca da unidade institucional,



CNCGMPEU

reflexão ética sobre a conduta e o trabalho dos membros do Ministério Público. Cumprimentou e agradeceu a todos na pessoa dos membros da Diretoria, destacando que foi uma honra exercer a função de Presidente, e a responsabilidade de ter dado sequência ao trabalho das gestões anteriores, cumprimentando todos na pessoa de seu antecessor ex-Presidente, Dr. Moacir Gonçalves Nogueira Neto, Corregedor-Geral do MP do Paraná, apontando também a importância das Corregedorias como matrizes capazes de nortear os valores éticos dos integrantes dos Ministérios Públicos, nunca devendo afastar os valores humanistas e de solidariedade, conforme comandos da Constituição Federal de 1988. Por fim, desejou à nova Presidente e à Diretoria sucesso na condução do Conselho, cuja relevância se mede pela dignidade e comprometimento de cada um dos integrantes. Em seguida, a Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Dra. Luciana Sapha Silveira, assumiu o cargo de Presidente do CNCGMPEU, comprometendo-se a zelar pelo primado da justiça e defesa da ordem jurídica e democrática do país, oportunidade em que também foram empossados nos respectivos cargos da Diretoria do CNCGMPEU os seguintes Corregedores-Gerais: **1º Vice-Presidente:** Celso Jerônimo de Souza – MPAC; **2º Vice-Presidente:** José Valdenor Queiroz Júnior – MPDFT; **1ª Secretária:** Cleonice de Souza Lima – MPBA; **2ª Secretário:** Silvio César Maluf – MPMS; **Diretor Financeiro:** Ivens José Thives de Carvalho – MPSC; **Diretor de Comunicação Social:** Cláudio Wolff Harger – MPRO, eleitos na centésima vigésima primeira reunião do conselho, realizada nos dias três e quatro de dezembro de dois mil e vinte por videoconferência. Em sequência, já com os trabalhos sob a condução da Presidente empossada solenemente, a Primeira Secretária do CNCGMPEU, Dra. Cleonice de Souza Lima, fez a leitura do termo de posse. Após, foi declamada a poesia “Ofertas de Aninha”, de Cora Coralina, pela atriz mirim do coletivo Lona na Lua, Giovana Amolinário. Em seguida, foi concedida a palavra ao Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, que cumprimentou os presentes, parabenizou a Diretoria do Conselho de 2020 e saudou a nova Diretoria, destacando a constatação feita ao longo da pandemia do novo coronavírus da importância de unidade, coerência e coesão entre as Instituições, para preservar a existência do Ministério Público brasileiro e segurança jurídica para todos. Ressaltou a relevância das Corregedorias no trabalho de fiscalização e controle, buscando o diálogo e soluções no âmbito do moderno direito negocial, por meio de acordos de não persecução penal, cível e disciplinar. Destacou, ainda, o apoio do Conselho Nacional do Ministério Público, representado na reunião pelo Corregedor Nacional Dr. Rinaldo Reis, ressaltando a necessidade de todas as Corregedorias se aprimorarem no desenvolvimento de sistemas, qualificação de pessoal e garantindo maiores recursos para que, na fase do Direito Penal Negocial haja capacidade de fiscalizar e controlar os atos dos membros de todos os Ministérios Públicos. Por fim, agradeceu e desejou sucesso nos trabalhos. Em sequência, foi concedida a palavra ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Luciano Oliveira Mattos de Souza, que cumprimentou os presentes, parabenizou a Diretoria empossada, destacando o perfil orientador e conciliador que a Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Dra. Luciana Sapha



CNCGMPEU

Silveira imprimiu em sua gestão, sem deixar de agir com firmeza sempre que necessário. Destacou dois pontos que a Procuradoria-Geral de Justiça pretende contribuir na atual gestão: proporcionar melhor regulamentação dos atos internos com o fim de orientar e nortear o trabalho dos Procuradores e Promotores de Justiça e acompanhar e apoiar os membros e servidores quanto à atenção com a saúde mental. Por fim, desejou sucesso à Presidente e à Diretoria. Ato contínuo, fez o uso da palavra o Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Cláudio Henrique da Cruz Viana, que cumprimentou a todos e iniciou destacando que a Corregedora-Geral Dra. Luciana Sapha Silveira vem exercendo com muito talento a difícil e espinhosa função de Corregedor-Geral do MPRJ, sempre disponível ao diálogo e ao consenso, enfatizando o papel preventivo e construtivo das atividades correccionais. Ressaltou que as Associações de Classe trabalham em prol da defesa dos melhores interesses dos integrantes do Ministério Público, assim como as Corregedorias, que, ainda que por caminhos diversos, possuem o mesmo destino. Lembrou que o Ministério Público tem sido alvo de quem se sente atingido por sua atuação, sendo que a Instituição é muito maior que qualquer integrante. Por fim, ressaltou a confiança nas Corregedorias, parabenizou a nova Diretoria e desejou sabedoria e saúde para vencer o momento atual. Em seguida, o Corregedor Nacional do Ministério Público, Dr. Rinaldo Reis Lima, cumprimentou a nova diretoria e demais presentes e ressaltou a imensa responsabilidade do cargo de Presidente do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais, notadamente em razão da profunda mudança decorrente do difícil momento que o país vivencia e que tem desafiado o Ministério Público como um todo, e, conseqüentemente, as Corregedorias-Gerais. Lembrou que as Corregedorias têm atuado de forma remota há cerca de um ano, o que afeta sobremaneira sua atuação, destacando a necessidade de reinvenção. Enfatizou que, em razão do grande desafio decorrente da pandemia, a liderança do CNCGMPEU também é desafiada, sendo necessário mostrar sua força e união, buscando a qualidade de atuação dos membros do MP do Brasil. Destacou a impossibilidade de, sob o argumento do trabalho remoto, o Ministério Público não estar presente em seu local de ofício. Ressaltou a importância de manter o membro do MP comprometido com valores éticos e com a qualidade da atuação, que não deve ser medida em números, mas sim pelo envolvimento com a sociedade e com a resolutividade. Finalizou expressando sua confiança na liderança do Conselho na condução dos debates e na tomada de soluções. Por fim, parabenizou a antiga e a nova Diretoria, desejou sucesso e expressou a parceria da Corregedoria Nacional. Após, o Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público -CONAMP, Dr. Manoel Victor Sereni Murrieta De Tavares, fez as saudações iniciais, destacou os obstáculos trazidos pelo difícil momento decorrente da pandemia da Covid-19, o número de vítimas, as inquietações e incertezas sobre o futuro e, ao mesmo tempo, o papel do Ministério Público no objetivo de buscar superar essa realidade. Ressaltou a necessidade de união, maturidade, coordenação e senso de responsabilidade para com a sociedade brasileira. Relacionou algumas dificuldades, como ataques às atribuições ministeriais, reforma administrativa, LGPD penal, possibilidade de mudança na lei de improbidade administrativa, que chamam à



CNCGMPEU

responsabilidade e exigem reinvenção. Ressaltou o atual momento de teste e de cruzada que se vivencia, a importância de ter a consciência de que a sociedade e o constituinte originário confiaram ao Ministério Público a preocupação de bem servir, agradecendo em nome da CONAMP e de suas filiais o debate profissional e sincero. Informou que a CONAMP está montando um gabinete de atuação, para o qual será convidado o colegiado de Corregedores, no trabalho de conscientização do momento político e institucional. Por fim, colocou à disposição a CONAMP e Conselho deliberativo. Encerrou com as palavras de Gandhi “mantenha seus valores positivos, porque seus valores tornam-se seu destino”. Em seguida, a Presidente, Corregedora-Geral, Dra. Luciana Sapha Silveira saudou os convidados de honra e, na pessoa do Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Pernambuco, cumprimentou todos os integrantes do colegiado, prosseguindo, agradeceu a confiança dos seus pares, expressando a honra de assumir a Presidência do CNCGMPEU, bem como o orgulho de fazer parte deste colegiado, cuja finalidade é defender os princípios e funções institucionais, as prerrogativas de seus membros e a promoção de integração das Corregedorias-Gerais entre si e com o Conselho Nacional do MP. Destacou que a inovação deve ser a viga mestra da atuação do órgão correcional, com a implementação de novos instrumentos capazes de prestigiar a ótica resolutiva. Lembrou a carta de Brasília que revisitou a atividade funcional e indicou caminhos, tais como a atuação extra jurisdicional e mecanismos de consenso para dar resolutividade à atuação ministerial de qualidade. Ressaltou a importância de ouvir a sociedade, como partícipe do trabalho desenvolvido. A necessidade de preservação das conquistas institucionais e obediência à Constituição Federal e à Lei 8625/93. Destacou o respeito à diversidade e a importância do uso dos avanços tecnológicos como suporte às Corregedorias com o fim de dar continuidade às atividades disciplinar e correcional. Concluiu com as palavras de esperança de Cecília Meireles: “A primavera chegará, mesmo que ninguém mais saiba seu nome, nem acredite no calendário, nem possua jardim para recebê-la”. Por fim, declarou encerrada a primeira parte da reunião. Na sequência dos trabalhos no período vespertino, a Sra. Presidente passou a palavra ao Procurador de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Humberto Dalla Bernardina de Pinho, que expôs sobre o tema “O Consenso em Matéria Disciplinar: Uma Visão Comparada Entre os Acordos de Não Persecução Disciplinar, Cível e Penal”. Em seguida, o Promotor de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Dr. André Farah Alves, expôs sobre o tema “Liberdade de Expressão, Rede Social e Ministério Público”. Após breves debates, a Presidente agradeceu aos expositores e determinou o encerramento da transmissão, dando-se início aos trabalhos administrativos que se iniciaram com a palavra do Dr. Moacir Gonçalves Nogueira Neto (CGPR) para externar a alegria de contar, nesta reunião, com o retorno do representante de Pernambuco, o que não ocorria desde o encontro de Curitiba, em março de 2019, por imperiosa necessidade de preservação da Lei 8.625/93, instrumento tão caro ao Ministério Público. Dr. Moacir se referiu também à aprovação de resolução pelo CNMP, com vedação à atividade de *coaching* por membros do Ministério Público e noticiou a oposição de embargos de declaração por quatro entidades de classe, mas ainda não apreciados. Defendendo a importância da vedação,



CNCGMPEU

sugeriu encaminhamento de agradecimento à Conselheira Relatora, Dra. Sandra Krieger, pela profundidade e riqueza do voto, assim como por ter compreendido o risco que a permissão da atividade poderia trazer para a atividade ministerial. Em seguida, foi dada a palavra ao Dr. Paulo Roberto Lapenda Figueiroa (MPPE), que congratulou a Sra. Presidente e toda a Diretoria empossada nesta data. Manifestou a emoção sentida na cerimônia de posse, assim como pela homenagem recebida em 2019, em Curitiba e o apoio recebido nos últimos dois anos de luta pela preservação da Lei Orgânica Nacional. Reafirmou a importância para o Ministério Público da unidade nacional conquistada ao longo do tempo e concretizada pela Carta de Curitiba, considerando os enfrentamentos que se avizinhavam frente a evidentes sinais dos movimentos para desconstruir o modelo de Ministério Público esculpido na Constituição Federal. Solicitou de todos reflexão sobre o papel das Corregedorias no cenário atual, já que cada falha no controle interno da instituição será usada para reforçar os ataques em curso. Afirmou que retorna ao colegiado com o espírito de cooperação e fraternidade. Em nome do Colégio de Procuradores de Justiça e de muitos Promotores de Justiça do Estado de Pernambuco, agradeceu a diversos integrantes do colegiado o apoio recebido durante a jornada, assim como a colaboração decisiva de outros colegas. Ato contínuo, a Sra. Presidente informou ao colegiado que já fora enviado do ofício em nome do Conselho à Conselheira Dra. Sandra Krieger, Relatora do procedimento do coaching, sendo desnecessária uma nova deliberação. Informou ainda que a petição encaminhada pelo Conselho ao CNMP, sugerindo um estudo sobre alteração do regimento interno para que a Corregedoria Nacional possa atuar apenas nas omissões das Corregedorias-Gerais locais, foi recebida como Pedido de Providência nº 1.00985/2019-09 e arquivado sob o fundamento de falta de legitimidade do Conselho. Portanto, diante da impossibilidade de adoção de outra providência por parte do Conselho, entende que, por ora, há demandas institucionais relevantíssimas a enfrentar, mas aceita sugestões para um melhor encaminhamento do tema. Após, por unanimidade, foi aprovada a ata da centésima vigésima primeira reunião. A Sra. Presidente lembrou a todos os interessados a manifestação do Dr. Aras trazida pela Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos (CGMPF), no início do ano, e reafirmada por ele durante a fala na cerimônia de posse pela manhã, no sentido da necessidade de fortalecimento das Corregedorias, com possibilidade de apresentação, pelo Conselho, de prioridades para a melhoria da atuação, ocasião em que foi criado o endereço de e-mail próprio, e que já recebeu algumas sugestões para compilação em documento único a ser encaminhado ao Dr. Aras. Foi dada a palavra ao Dr. Motaury Ciocchetti de Souza (CGSP) que considerou ser importante levar como preocupação do colegiado o uso do nome Ministério Público por associações civis sem qualquer vínculo institucional, já que a grande massa não consegue discernir o grau de representatividade, ao que a Sra. Presidente se manifestou favoravelmente ao encaminhamento. Em seguida, a Sra. Presidente submeteu à deliberação a data e o local do próximo encontro, caso presencial, sendo decidido que ocorreria após as correções da Corregedoria Nacional, no mês de julho ou agosto próximo, ficando as definições para deliberação no grupo de WhatsApp. Após, sugeriu a Sra. Presidente a realização de um estudo sobre a



CNCGMPEU

relevância da Lei 8.625/93 no atual momento institucional nacional, a ser divulgado e publicado na página do Conselho, sendo sugerida e aceita a iniciativa da tarefa pelo Dr. Moacir Nogueira (CGPR) juntamente com quem desejar se voluntariar, sem prazo para conclusão. Foi dada a palavra ao Dr. Moacir, que manifestou a utilidade desse trabalho para que fique registrado e também esclarecida a atuação do Conselho, como uma nota de esclarecimento, deixando claro que a posição do Conselho não é uma atuação de confronto, mas uma atuação de engrandecimento. Novamente ressaltou a relevância da lei 8.625/93, apelidada de “Carta de Alforria do Ministério Público”, e que continua sendo assim considerada. Sugeriu, ainda, em razão do destaque que o Conselho vem tendo nos últimos tempos nas deliberações do CNMP, que seja feita proposta ao Corregedor Nacional para que seja ouvido o Conselho Nacional de Corregedores Gerais toda vez que houver análise de resolução com alcance do Ministério Público de forma geral. Registrando, ainda, o Dr. Moacir a compreensão do Corregedor Nacional, Dr. Rinaldo, à atuação do Conselho. Ao final a Sra. Presidente registrou mensagem de despedida do Dr. Rinaldo às 16 horas em razão de outro compromisso, com votos de boa sorte à nova Diretoria e sucesso ao Conselho, parabenizou a diretoria empossada, desejando sucesso a todos, agradeceu a Sra. Secretária, Dra. Cleonice, e registrou os agradecimentos especiais a todos pela participação, encerrando a reunião às 17:25. Para constar, nós, Cleonice de Souza Lima, 1ª Secretária, e João Alfredo Gentil Gibson Fernandes, Promotor de Justiça Assessor da Corregedoria-Geral do MPRJ, lavramos a presente ata, que vai assinada pela primeira e pela Presidente.

Luciana Sapha Silveira
Corregedora-Geral do MPRJ
Presidente

Cleonice de Souza Lima
Corregedora-Geral do MPBA
1ª Secretária